

# Acesso à Justiça para os invisíveis

» LUCIANA YUKI

Juíza e coordenadora do Projeto PopRuaJud no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT)

Elas estão entre nós. No centro da cidade, nas periferias, nos cantos escuros e úmidos, sobrevivendo à dureza, aos perigos e desafios de uma vida marginalizada e invisível. Uma vida que não merece ser vivida.

Estar em situação de rua não é motivo de orgulho. Ter um teto para se abrigar, provavelmente é um dos primeiros instintos que surgem quando o ser humano passa a compreender o mundo e as suas complexas dinâmicas. Além do abrigo físico, ter uma moradia é condição de aceitação e inserção social, para obter documentos, abrir uma conta no banco, para se candidatar a uma vaga de emprego, eis a exigência ali presente, endereço fixo.

A questão referente ao “estar em situação de rua” é mais do que um problema social, mas um problema público, centro de inúmeras ações e políticas estatais, mas que ainda não tinha ganhado dimensão expressiva no âmbito da gestão judiciária. Mas, a miséria está exposta.

O sistema de Justiça quer enxergá-la? O acesso à Justiça é pleno para que a população em situação de rua exerça seus direitos fundamentais? Acessar a Justiça é tarefa que impõe certas condições que, a depender do usuário, são de difícil superação, pois exigem conhecimento do direito e do funcionamento dos serviços e do sistema.

A Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua, criada pela Resolução 425/2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), traz à tona a dura realidade dos invisíveis. Provoca o sistema de Justiça a pensar soluções de inclusão e adaptação dos seus serviços às necessidades desse público, a partir da identificação das principais dificuldades e obstáculos que se apresentam no dia a dia de quem precisa conseguir a segunda via de documento, discutir judicialmente benefício previdenciário/assistencial, resolver questões de família ou qualquer outro conflito.

A jornada do usuário é árdua e se inicia com a dificuldade de acessar os prédios públicos, seja em razão das condições precárias de higiene e de vestimenta, seja pela falta de local para guarda dos bens que carrega consigo. Mas, ainda que ultrapassada essa barreira, é preciso lidar com a necessidade de percorrer grandes distâncias, com a falta de informações em linguagem acessível, incompreensão dos fluxos e a necessidade de esperas excessivas frente à urgência que a situação exige.

No Brasil, a primeira experiência de implantação da política pública aconteceu em Brasília, por meio da articulação e do diálogo entre o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), a Justiça Federal, a Justiça Eleitoral, as Defensorias Públicas do Distrito Federal e da União, a Polícia Civil e diversos órgãos do GDF.

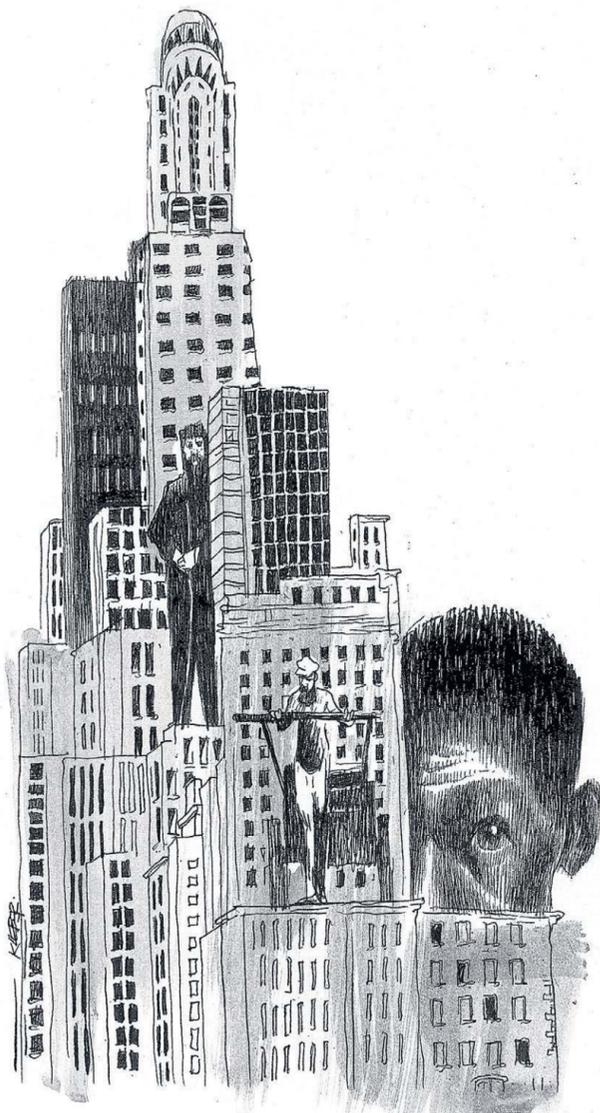
As instituições se mobilizaram rapidamente e realizaram dois mutirões batizados de PopRuaJud-DF que contabilizaram juntos mais de 3.900 atendimentos jurídicos, expedição de documentos e outros serviços públicos que seguiram a proposta de desburocratização e superação de

barreiras para a resolução dos problemas. Não houve inovação propriamente dita nos serviços prestados, a grande inovação do PopRuaJud foi a integração interinstitucional com a finalidade de prover o atendimento pleno e concentrado.

Destaque-se, a mobilização institucional do TJDFT transborda ao atendimento jurídico e alcança o viés social ao promover campanha permanente de arrecadação de doações de agasalhos e cobertores em todos os fóruns do Distrito Federal e, ainda, por meio da adesão de servidores e magistrados, que voluntariamente trabalham nas ações com a intenção de ajudar o próximo.

O mais recente atendimento ocorreu neste 28 de junho. E, a cada edição do PopRuaJud-DF muitos são os impactos positivos. Para as pessoas atendidas, é um pequeno ganho frente às dificuldades do dia a dia. Mas, em termos institucionais, representa o início de uma mudança paradigmática na qual a Justiça está mais próxima e acessível.

A Resolução 425/2021 é o primeiro passo para o longo caminho construído a muitas mãos, de forma fraterna e solidária. Com o coração definitivamente tocados, com a persistência e a esperança daqueles que acreditam em um sistema de Justiça humanizado, inclusivo e empático, ainda há muito trabalho a ser feito.



## Desafios para os bancos centrais

» ARMANDO CASTELAR

Professor da FGV Direito Rio e do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisador associado do Ibre/FGV

Resultado de uma parceria entre 63 bancos centrais (BCs), o BIS, o Banco de Compensações Internacionais, também chamado de banco central dos bancos centrais, é uma das mais influentes organizações internacionais em temas como política monetária e mercados financeiros. Fim de semana passado, o BIS publicou seu relatório anual, cujo editorial traz o sugestivo título de *Sem tréguia* (<https://www.bis.org/publ/arpdf/ar2022e.htm>).

O BIS classifica os desafios macroeconômicos ora enfrentados pelas autoridades de “assustadores”, traçando um paralelo com os anos 1970, quando a economia mundial mergulhou em um processo de estagflação que perigaria de se repetir agora. O raciocínio desenvolvido pelo BIS começa por notar que a maioria dos países está experimentando significativa alta em suas taxas de inflação: em abril passado, três quartos deles registravam inflação em 12 meses acima de 5%.

Um processo de alta inflação se diferencia de outro de baixa inflação, como aquele que prevaleceu ao longo das últimas décadas, de diversas e preocupantes maneiras. Em especial, ainda que ambos tendam a se autoalimentar, os “regimes de alta inflação (...) não exibem propriedades de autoequilíbrio, as mudanças de preços são muito mais sincronizadas e a inflação é muito mais um ponto focal para o comportamento dos agentes econômicos, exercendo uma grande influência sobre ele”.

E, na visão do BIS, “podemos estar chegando a um ponto de inflexão, além do qual

uma psicologia inflacionária se espalha e se torna entrenchada. Isso significaria uma grande mudança de paradigma”. Por isso mesmo, é primordial que os BCs não hesitem em apertar a política monetária e trazer logo a inflação para suas metas, sob o risco de uma inflação alta por muito tempo levar os agentes econômicos a mudarem de comportamento.

O próprio BIS, porém, alerta para os riscos que esse processo traz para a estabilidade financeira. Isso porque significa deixar para trás uma fase já longa de taxas de juros historicamente baixas, que levaram a “níveis de dívida — privada e pública — (que) nunca foram tão altos”.

Uma dimensão desse problema é fiscal: uma política monetária restritiva vai piorar tanto o resultado primário, com menores receitas e maiores despesas, quanto elevar as despesas com juros. Isso em um contexto em que, nos EUA bem como na Europa, as dívidas públicas nunca foram tão altas. Um exemplo do que pode estar por vir é o estresse vivido pelos mercados de títulos públicos de Itália e Espanha, quando o Banco Central Europeu começou a subir os juros e anunciou que pararia de emitir moeda para financiar os governos da área do euro. Um passo que, aliás, o Fed, o BC americano, já dera semanas antes.

Também o endividamento privado aumentou muito em reação às taxas de juros reais negativas praticadas pelos principais BCs nas últimas décadas e, em especial, desde a Grande Crise Financeira de 2008-09. As

empresas, em especial, terão dificuldade de rolar as dívidas a taxas tão baixas como vinham fazendo, não só porque as taxas básicas subiriam, mas também porque o risco de inadimplência aumentou. As famílias, por sua vez, além de também terem de ajustar seus orçamentos, verão seu patrimônio perder valor, conforme caem os preços de ativos como ações e imóveis.

Também os países emergentes vão enfrentar maiores dificuldades nesse ambiente de políticas monetárias mais restritivas. A liquidez internacional vai secar e o dólar se valorizar, o que significa que será preciso reduzir o déficit externo e administrar a pressão inflacionária vinda de um câmbio mais desvalorizado. Em alguns casos, como já se vê, haverá calotes na dívida externa e pedidos de socorro ao FMI.

Implícita nas considerações do BIS está a conclusão de que estamos passando por uma transição de regimes, que só será bem-sucedida se ajustarmos a política fiscal de acordo. O que temos visto nas últimas décadas, porém, é que “por muito tempo, tem havido uma tentação de recorrer à política fiscal e monetária para impulsionar o crescimento, independentemente das causas subjacentes da fraqueza. Para a política fiscal, em particular, o afrouxamento durante as contrações não deu lugar à consolidação durante as expansões. A tentação de adiar o ajuste tem sido muito forte”.

Será que as coisas vão mudar à frente? Eu temo que não e que isso acabe por limitar o espaço para os BCs controlarem a inflação, que pode ficar alta durante bastante tempo.

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // [circacunha.df@dabr.com.br](mailto:circacunha.df@dabr.com.br)

## Afronta ao bom senso

Nada em nosso país está tão ruim que não possa, de algum modo, ser piorado. É com esse tipo de pensamento niilista que vamos, a cada ano, escorregando ladeira abaixo, indo ao encontro do fundo de um poço lamacento que cavamos com nossos próprios pés.

Curioso é notar que essa travessia descendente tem sido, na maioria das vezes, obra e engenho de nossa elite política. É o que temos e o que merecemos ter por não dar a importância devida ao ato de votar. Sabedores desse nosso desdém histórico pelo próprio destino, nossos representantes, há muito, descobriram que melhor e mais proveitoso é representar-se a si mesmo, retirando da função política o máximo de proveito possível.

E assim, nós, o povo representado, vamos a cada novo pleito, elegendo para os mais altos postos da máquina do Estado, indivíduos que empreenderão todos os esforços para representar a si e aos seus, deixando o eleitor sentado à beira do cais, a ver navios pelos próximos quatro anos. A desfaçatez e a coragem com que alguns da nossa classe política agem em proveito próprio só encontram paralelo, em sentido contrário, com nossa timidez. O alvoroço agora é em torno da chamada PEC das Embaixadas, que abre caminho para os parlamentares ocuparem cargos de embaixador, mesmo sem ter que renunciar aos mandatos. Caso venha a ser aprovada, como querem os senadores, antes mesmo das eleições, a emenda nos levará à seguinte situação esdrúxula: o político é eleito para representar os cidadãos ou seus estados, não representa nem um nem outro e mesmo antes de atuar para a função para a qual foi eleito, vai ser embaixador, inclusive, no charmoso circuito Elizabeth Arden, que compõe as representações em Paris, Londres, Roma e Washington. Tudo isso sem ser do mérito diplomático, sem falar outra língua, sem preparo e traquejo. Ou seja, vai fazer feio lá fora, ajudando a piorar a imagem do país, como se isso fosse ainda possível.

Na melhor das hipóteses, os novos embaixadores biônicos, uma gente que sabidamente não seria aprovada num concurso para o Rio Branco, representarão a si mesmos, deixando as relações internacionais do país para os entendidos desse delicado assunto. Não será surpresa se o texto for aprovado. Surpresa desagradável pode ocorrer caso algum país, depois de analisar a folha corrida do futuro representante do Brasil, não conceder o agrément.

Num país sério, esse tipo de proposta, que pode colocar os interesses da nação em jogo, não seria, sequer, apresentada. Temos, internamente, muitos motivos para nos envergonhar. Querer levar essa afronta ao bom senso além das fronteiras é que não dá.

### » A frase que foi pronunciada

“O sentimento de gratidão raros homens o possuem e mais raro ainda ou menos duradouro é ele nas coletividades humanas que se chamam nações.”

Barão do Rio Branco

### Resiliência

» Dona Erclia, conhecida na parte norte da cidade, é uma senhora que chama atenção porque anda à pé pela estrada Varjão/Paranoá sempre com os pés descalços. Sem ter quem a oriente com honestidade, está há dias tentando conseguir qualquer cartão de ajuda do governo. Mas as pessoas mandam que ela vá de um lado para outro e, assim, ela segue durante meses.

### GDF

» Para o pagamento do IPTU e IPVA, e outros impostos no recibo emitido pelo banco, o GDF indica apenas “GDF Conta Arrecadação”. Não há discriminação e parece que também não há transparência. Para o controle das contas do contribuinte e do caixa do governo seria bom que viesse no recibo à que se destinou o pagamento.

### Pratas da casa

» Agora com instalações mais confortáveis, o Clube do Choro de Brasília continua oferecendo a boa música à cidade. A Escola de Choro Raphael Rabello é gratuita e com professores talentosos. Valem à pena uma visita, uma matrícula, um show.

### Lá e cá

» Nonceba, mãe de um garoto de 11 anos comenta que depois do apartheid a África pôde vivenciar a liberdade de modo alegre e duradouro. Mostrou preocupação com as crianças, que agora têm uma lei especial de proteção. O problema é o mesmo do Brasil. Muitos direitos e falta de conhecimento dos deveres. O resultado são professores desrespeitados, apedrejados e crianças sem limites e provavelmente sem futuro.

### » História de Brasília

A CTB procura desmoralizar o DTUI para ficar com o tráfego Telefônico de Brasília, e funcionários do DCT, desmoralizam sua repartição para provocar a entrada da Western em nossas comunicações. (Publicada em 2/3/1962)